

Concessionária ViaRio S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2017
e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balço patrimonial	16
Demonstração do resultado	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A ViaRio foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ” ou “Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “via”), ligando os bairros Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à ViaRio (“Subsídio”), autorizado por lei municipal. O valor repassado, a título de Subsídio foi corrigido anualmente pelo IPCA-E (Índice nacional de preços ao consumidor amplo especial).

Perfil da Concessionária

A ViaRio tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a administração da Ligação Transolímpica. A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, manutenção, conservação e operação mediante cobrança de pedágio.

A Ligação Transolímpica é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande. A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus - na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da ViaRio apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

O empreendimento foi um dos compromissos firmados entre a Prefeitura e o COI (Comitê Olímpico Internacional) o qual fez parte do caderno de obrigações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, interligando grandes instalações da Rio 2016 como a Vila dos Atletas e o Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, e o Parque Radical do Rio, em Deodoro.

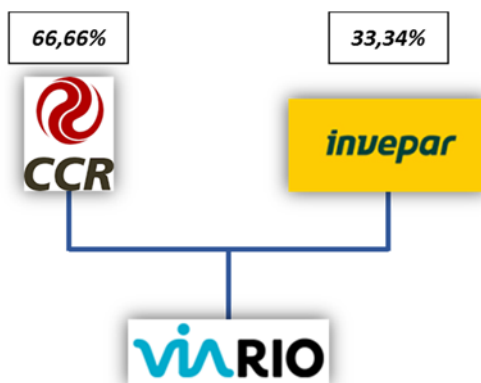
A ViaRio é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona a estrutura corporativa da Companhia e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela PCRJ em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou sua operação comercial.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária da ViaRio era a seguinte:



1.3. Destaques

Pesquisa de Satisfação

No ano de 2017, a ViaRio, por meio de empresa de consultoria especializada, realizou uma pesquisa de potencialização e satisfação com os usuários da Ligação Transolímpica, com o intuito de traçar o perfil do usuário da via, assim como seu comportamento e suas necessidades, além de utilizar os indicadores de satisfação como instrumentos de gestão e acompanhamento.

A pesquisa, com uma margem de erro de 4,9 pontos percentuais para mais ou menos, apontou que 82% dos usuários da via são homens e que 33% dos usuários tem entre 30 e 39 anos. A principal razão para avaliação positiva do conforto da via foi a sua condição, muito bem conservada, com 62% de menções. Os usuários da via são bem assíduos, com 80% trafegando por ela pelo menos dois dias na semana, e quase 30% a utilizando seis vezes, ou mais, por semana. Foram entrevistados apenas usuários com 18 anos ou mais.

Ideologia Central

Em março de 2017, foi criada a ideologia central da ViaRio, fruto de trabalho consolidado de um *workshop*, no qual participaram durante dois dias, as lideranças da Concessionária. Durante os meses seguintes, a ideologia central foi divulgada a fim de internalizar para todos os colaboradores o que foi construído e realizar as premissas no dia a dia, consolidando a imagem da Companhia. Fazem parte da ideologia central, a filosofia (crenças e valores), a missão e a visão da ViaRio.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
José Braz Cioffi	Ronaldo Vancelotte	Diretor Presidente
Márcio Roberto de Morais Silva	Márcio Roberto de Morais Silva	Diretor de Engenharia e Operações
Paulo Yukio Fukuzaki		
Francisco de Assis Nunes Bulhões		
Tulio Toledo Abi-Saber		
Luiz Eduardo Simonetti Baroni		

Políticas de Compliance

A ViaRio implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta (“Código”), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia.

Além disso, a ViaRio implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viarrio/>). Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

2.2. Gestão de Pessoas

Treinamentos

No ano de 2017, com o intuito de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a ViaRio criou o “Projeto Integração”, garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da ViaRio, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. Em 2017, foram realizadas 49 horas de treinamentos visando esta qualificação, sendo que um desses treinamentos serviu para a construção da ideologia central da Concessionária, conforme destacado no item “1.3 Destaques”. Ainda em 2017, foram realizadas 434 horas de treinamentos técnicos voltados a capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 483 horas de treinamento.

Oportunidades Internas

A ViaRio busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores valorizando assim a “prata da casa” através de seleções internas. No ano de 2017, obteve-se um aproveitamento de 5 colaboradores através de recrutamentos internos.

Jovem Aprendiz

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a ViaRio considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho para jovem aprendiz, formando futuros profissionais, estimulá-lo a estudar, profissionalizar-se e atuar com competência no mercado de trabalho. Em 2017 a Companhia contratou 7 aprendizes, sendo 2 para a área administrativa na função de aprendiz administrativo e 5 para a área operacional de pedágio na função de aprendiz operador de caixa.

Pessoas com deficiências (PCD)

Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a ViaRio considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2017, a Concessionária contratou 6 PCD's atuando diretamente na área operacional na função de agente de pedágio.

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2017 e 2016 foi de 232 e 125, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	103.730	25.800	77.930	302,1%
Receitas de construção (ICPC R1)	23.954	676.651	(652.697)	-96,5%
Receitas acessórias	49	-	49	-
Receita bruta	127.733	702.451	(574.718)	-81,8%
(-) Impostos sobre receitas	(9.000)	(2.240)	(6.760)	301,8%
(-) Devoluções e abatimentos	(187)	(94)	(93)	98,9%
(-) Deduções das receitas brutas	(9.187)	(2.334)	(6.853)	293,6%
Receita líquida	118.546	700.117	(581.571)	-83,1%

O valor total de receita bruta no ano de 2017, foi de R\$ 127,7 milhões, sendo que R\$ 103,7 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva de 302,1% quando comparado aos R\$ 25,8 milhões do exercício de 2016. Esse grande aumento se justifica pelo fato da Concessionária ter operado no ano inteiro de 2017, quando em 2016 começou sua operação em 29 de agosto, somando-se a isso o constante crescimento do tráfego na via. Em 2017, passaram pela praça de pedágio principal, um total de 15,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP"), com uma média/mês de 1,3 milhões de VEP.

3.2. Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Custos e Despesas	(45.706)	(35.491)	(10.215)	28,8%
Serviços de terceiros	(14.476)	(9.025)	(5.451)	60,4%
Custo e Despesa com Pessoal	(22.897)	(18.545)	(4.352)	23,5%
Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.335)	(3.180)	1.845	-58,0%
Outros	(6.998)	(4.741)	(2.257)	47,6%
Custo de Construção	(23.954)	(676.651)	652.697	-96,5%
Depreciação e amortização	(26.183)	(6.846)	(19.337)	282,5%
Provisão de Manutenção	(757)	(85)	(672)	790,6%
Total	(96.600)	(719.073)	622.473	-86,6%

Ao final de 2017, os custos e despesas da ViaRio totalizaram o montante de R\$ 45,7 milhões, um aumento de R\$ 10,2 milhões quando comparados a 2016, essa variação de 28,8% deu-se principalmente pela entrada em operação da via. Em 2016, as contratações de mão de obra para operação se deram a partir de maio e os contratos de serviços especializados voltados a operação (Conservação de rotina, socorro médico, transporte de valores, dentre outros), foram firmados a partir de agosto, enquanto em 2017 estes custos transcorreram durante todo o exercício.

3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2016	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas Financeiras	47.235	5.322	41.913	787,5%
Juros com partes relacionadas	46.520	-	46.520	-
Rendimento s/aplicações financeiras	358	1.915	(1.557)	-81,3%
Outras receitas	357	3.407	(3.050)	-89,5%
Despesas Financeiras	(148.563)	(65.844)	(82.719)	125,6%
Juros s/ empréstimos e debêntures	(105.162)	(114.353)	9.191	-8,0%
Juros s/ partes relacionadas	(44.518)	(9.181)	(35.337)	384,9%
(-) Juros capitalizados	1.790	78.886	(77.096)	-97,7%
Outras despesas	(673)	(21.196)	20.523	-96,8%
Resultado Financeiro Líquido	(101.328)	(60.522)	(40.806)	67,4%

A ViaRio finalizou o exercício de 2017 com um resultado financeiro de R\$ 101,3 milhões negativos, resultado este devido principalmente aos juros sobre financiamentos e debêntures, que nesse mesmo exercício acumularam um total de R\$ 86,8 milhões.

Quando comparados ao exercício anterior, a principal variação acontece na capitalização dos juros em 2016, acumulando um valor de R\$ 78,9 milhões de juros capitalizados, tendo em vista que a Companhia estava em fase pré-operacional nesse período e com a maior parte dos seus investimentos ainda em andamento.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da ViaRio foi de R\$ 680,8 milhões, resultado do empréstimo ponte captado pela Companhia com a 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 472,4 milhões (principal mais juros) e a emissão de CCB no valor de R\$ 208,4 milhões (principal mais juros). A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com recursos da dívida de longo prazo, que se encontra em fase final de estruturação.

Ao longo do ano de 2017 a ViaRio firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 161,8 milhões, todos com vencimento em janeiro de 2034.

3.5. Investimentos

Conforme Contrato de Concessão, o prazo de construção e implantação da Ligação Transolímpica foi de 4 (quatro) anos, desta maneira a grande massa de investimentos aconteceram até o ano de 2016. Nesse período, para a execução das obras e serviços necessários à implantação, o Poder Concedente repassou à ViaRio, a título de Subsídio, o montante de R\$ 2.051,4 milhões.

No acumulado, desde o início da Concessão até o final do exercício de 2017, os investimentos perfizeram o montante de R\$ 3.002,0 milhões, sendo R\$ 950,6 milhões com recursos próprios e R\$ 2.051,4 milhões com recursos oriundos de Subsídio (valores correntes).

No ano de 2017 o valor total de investimentos realizados com recursos próprios na Ligação Transolímpica foi de R\$ 27,7 milhões.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da ViaRio, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2017, não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício.

4. Sustentabilidade

Como a Ligação Transolímpica é uma via urbana, a ViaRio, pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da via, busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. Em 2017 foram realizadas as seguintes ações:

Projeto Cine em Cena

Em parceria com o Instituto CCR, foi instalada uma sala de cinema móvel onde foram realizadas 12 exibições de filmes, na localidade Colônia Juliano Moreira, contemplando 7 comunidades localizadas na área de influência da Concessionária atendendo a 2.305 espectadores.

Projeto Phototruck

Em parceria com o Instituto CCR, em um caminhão equipado no formato de uma câmara de revelação de fotos, a ViaRio percorreu 3 localidades dentro de sua área de influência: Realengo, Boiuna e Jardim Sulacap, realizando oficinas de fotografia e exibindo um filme sobre a história da fotografia. Foram realizadas 5 exibições, atendendo a 639 pessoas. Ao final de cada parada, as fotos capturadas pelos participantes compunham uma mostra na própria comunidade.

Projeto BuZum

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio adaptou um ônibus para realizar apresentações de teatro de bonecos em escolas públicas e localidade de influência. Foram realizadas 4 apresentações com o tema Lixo (educação ambiental) em 3 escolas públicas e 1 comunidade, localizadas na área de influência da Concessionária, atendendo no total 717 pessoas.

Projeto Teatro a bordo

Em parceria com o Instituto CCR, foi realizada uma apresentação em um caminhão móvel, sendo o Teatro a Bordo o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco com acesso gratuito, abrindo oportunidade de apresentação para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. O evento ocorreu na localidade de Magalhães Bastos atendendo, 1.122 pessoas e contemplou 2 comunidades.

Projeto Ler é uma Viagem “Dom Quixote entre Cartas”

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou na biblioteca municipal do bairro, na Localidade de Jardim Sulacap, um espetáculo lítero-musical interativo, através sessão de leitura com música ao vivo, durante a apresentação é realizada uma oficina sobre mediação de leitura e escrita sensível, onde o público é convidado a interagir com os personagens da literatura e a escrever uma carta e compartilhar com o grupo. O projeto oferece conteúdo pedagógico e informações complementares sobre leitura e escrita entre o público participante, havia professores das escolas municipais, que contemplam a área de influência da Concessionária, totalizando 50 participantes.

Projeto Espetáculo de Teatro

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio levou para sua área de influência as peças de teatro infanto-juvenil “A culpa é de quem?”, a qual propõe o diálogo entre o mundo real e o virtual, equilibrando o uso da tecnologia com as relações interpessoais sem prejuízos para nenhum deles e a “De Canto em Canto”, apresentação que leva a educação ambiental pela cultura, com tema de conscientização quanto ao consumo e redução do desperdício de água. Essas apresentações ocorreram em 04 localidades: Realengo, Colônia Juliano Moreira, Curicica e Ipadu, contemplando 04 escolas municipais e uma comunidade, com 1.330 participantes.

Programa Caminhos para Cidadania

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou projeto Caminhos para a Cidadania, o qual leva informação sobre segurança de trânsito, preservação ambiental e cidadania para as escolas públicas, proporcionando educação para o trânsito e educação ambiental e cidadania para alunos das escolas públicas municipais, inseridos no 4º e 5º ano do ensino fundamental, oferecendo também formação didática e pedagógica nestas temáticas para os professores e disponibilizando o material didático (livros) para ambos (aluno e professor), sendo contempladas 10 escolas, 1.088 alunos e 32 professores.

Programa nosso mundo melhor

Em parceria com o Instituto CCR, a ViaRio realizou ação de voluntariado, a qual tem a proposta de engajar os colaboradores em ação solidária em parceria com instituições sociais locais. A ação aconteceu em uma escola pública municipal, estabelecida na localidade de Curicica e na área de lazer ao público, na proximidade da escola (Praça). Esta ação possibilitou à escola implementar a 2ª fase de um projeto de climatização e teve o engajamento de 83 pessoas participantes nas atividades, beneficiando diretamente 1.088 alunos e 75 profissionais da escola beneficiada.

Projeto Horta Comunitária

O projeto tem entre seus objetivos, produzir alimentos perto de casa e recuperar área pública degradada e ociosa, bem como abastecer os moradores que participam plenamente das práticas de desenvolvimento urbano e ambiental no bairro. Diversas ações no Jardim Sulacap deflagraram o desejo coletivo de moradores de implantar uma horta comunitária na área remanescente da obra da Ligação Transolímpica, através do trabalho voluntário e solidário. Com esta ação são produzidas 1.100 hortaliças/mês, beneficiando 10 famílias.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A Concessionária ViaRio S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2017.

5.2. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 2(g), a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até à data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos não financeiros relacionados à concessão possam ter indícios de desvalorização. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor dos ativos não financeiros relacionados às concessões no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia na projeção dos lucros tributáveis futuros suficiente para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(l) e 8(b), em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e quanto aos montantes de crédito tributário não registrados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.595	12.121	Debêntures	13	471.182	409.992
Aplicações financeiras	6	7.841	-	Financiamentos	12	207.739	155.768
Contas a receber	7	4.637	3.086	Fornecedores		2.411	7.531
Imposto de renda e contribuição social		1.588	4.736	Contas a pagar - partes relacionadas	9	108	79.153
Outros tributos a recuperar		558	630	Impostos e contribuições a recolher		3.227	1.035
Seguros a apropriar		717	902	Obrigações sociais e trabalhistas		4.315	5.680
Encargos financeiros a apropriar		2.331	-	Outras contas a pagar		58	158
Despesas antecipadas e outros		346	2.383				
Adiantamento a fornecedores		206	401	Total do passivo circulante		689.040	659.317
Total do ativo circulante		19.819	24.259	Não circulante			
Não circulante				Mútuos - partes relacionadas	9	161.760	118.094
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	97	60
Impostos diferidos	8b	67.780	40.789	Impostos a recolher		4.316	1.929
Despesas antecipadas		1.623	1.153	Provisão de manutenção	15	882	87
		69.403	41.942	Outras contas a pagar		57	-
				Total do passivo não circulante		167.112	120.170
Imobilizado	10	36.344	40.543	Patrimônio líquido			
Intangível	11	880.571	874.895	Capital social	16a	283.191	283.191
				Prejuízos acumulados		(133.206)	(81.039)
Total do ativo não circulante		986.318	957.380			149.985	202.152
Total do ativo		1.006.137	981.639	Total do passivo e patrimônio líquido		1.006.137	981.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	17	118.546	700.117
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(23.954)	(676.651)
Serviços		(9.505)	(2.582)
Depreciação e amortização	10 e 11	(25.696)	(6.719)
Custo com pessoal		(15.972)	(6.263)
Provisão de manutenção	15	(757)	(85)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.022)	(825)
Outros		<u>(5.755)</u>	<u>(1.239)</u>
		<u>(82.661)</u>	<u>(694.364)</u>
Lucro bruto		35.885	5.753
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(6.925)	(12.282)
Serviços de terceiros		(4.971)	(6.443)
Materiais, equipamentos e veículos		(313)	(2.355)
Depreciação e amortização	10 e 11	(487)	(127)
Despesas de aluguel		-	(275)
Seguro garantia		-	(36)
Contribuição sindical patronal		-	(170)
Serviços gráficos		-	(416)
Fotos, Filmes e Slides		-	(296)
Editais e publicações		-	(20)
Outros		<u>(1.243)</u>	<u>(2.289)</u>
		<u>(13.939)</u>	<u>(24.709)</u>
Outros resultados operacionais		<u>224</u>	<u>86</u>
Resultado antes do resultado financeiro		22.170	(18.870)
Resultado financeiro	18	(101.328)	(60.522)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(79.158)</u>	<u>(79.392)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>26.991</u>	<u>26.715</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(52.167)</u>	<u>(52.677)</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16b	<u>(0,1443)</u>	<u>(0,1541)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo líquido do exercício	(52.167)	(52.677)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(52.167)</u>	<u>(52.677)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		245.470	(28.362)	217.108
Aumento de capital	16a	37.721	-	37.721
Prejuízo do exercício		-	(52.677)	(52.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		283.191	(81.039)	202.152
Prejuízo do exercício		-	(52.167)	(52.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>283.191</u>	<u>(133.206)</u>	<u>149.985</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(52.167)	(52.677)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.991)	(26.715)
Depreciação e amortização	26.183	6.846
Juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos	105.162	114.353
Capitalização de custo de empréstimos	(1.790)	(78.886)
Constituição da provisão de manutenção	757	85
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	38	2
Constituição e juros s/ riscos cíveis e trabalhistas	37	60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-
Juros e variação monetária sobre mútuos	(2.002)	9.181
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	(3)	-
	101.393	24.926
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.553)	(3.086)
Tributos a recuperar	3.220	147
Despesas antecipadas e outros	(579)	(3.841)
Adiantamento a fornecedores	195	575
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(5.117)	308
Contas a pagar - partes relacionadas	(64.248)	25.341
Impostos e contribuições a recolher	4.579	282
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.365)	3.917
Outras contas a pagar	(43)	158
	(15.685)	(3.950)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(15.685)	(3.950)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.727)	(36.141)
Aquisição de ativo intangível	(23.143)	(65.525)
Aplicações financeiras	(7.841)	-
	(33.711)	(101.666)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.711)	(101.666)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos e debêntures:		
Captações	441.365	125.587
Pagamentos de principal	(400.000)	(130.000)
Pagamentos de juros	(33.366)	(81.261)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	42.814	110.842
Pagamentos	(11.943)	-
Integralização de capital	-	37.721
	38.870	62.889
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	38.870	62.889
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(10.526)	(42.727)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.121	54.848
No final do exercício	1.595	12.121
	(10.526)	(42.727)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Benefícios de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Companhia é obrigado a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- **Divulgações e Transição**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
10	Depreciação do ativo imobilizado
11	Amortização dos ativos intangíveis
14	Provisão para riscos
15	Provisão de manutenção
19	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais, às debêntures e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	208.444	-	-	-
Debêntures (a)	472.389	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	2.469	36	36	3
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	161.760
Contas a pagar - partes relacionadas	108	-	-	-

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 669.221 (R\$ 635.058 em 2016), substancialmente composto por debêntures e financiamentos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas (conforme detalhado na nota explicativa nº 22 Eventos subsequentes).

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixas e bancos	1.595	1.599
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	-
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	-	10.522
	<u>1.595</u>	<u>12.121</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	7.841	-
	<u>7.841</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (100,7% do CDI, equivalente a 14,01% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	4.639	3.067
Receitas de arrecadação (a)	-	19
	<u>4.639</u>	<u>3.086</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(2)	-
	<u>4.637</u>	<u>3.086</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Crédito a vencer	4.626	3.082
Créditos vencidos até 60 dias	11	3
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	-
	<u>4.639</u>	<u>3.086</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(79.158)	(79.392)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	26.914	26.993
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(43)	(278)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	122	-
Outros ajustes tributários	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>26.991</u>	<u>26.715</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	77.152
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	13.017	16.457
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	661
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	33	20
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	-
Constituição da provisão de manutenção	298	30
	<u>121.446</u>	<u>94.320</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	<u>(53.666)</u>	<u>(53.531)</u>
	<u>(53.666)</u>	<u>(53.531)</u>
Total líquido	<u>67.780</u>	<u>40.789</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>2017</u>
2022	3.980
2023	6.330
2024	8.919
2025	11.902
de 2026 em diante	76.353
	<u>107.483</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações				Saldos		
	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Ativo financeiro	Passivo	
						Mútuos	Contas a Pagar
Controladoras							
CCR S.A.	9.523 (b)	-	1.481 (a)	-	-	107.813 (b)	108 (a)
Odebrecht Rodovias S.A	597 (b)	-	-	-	-	-	-
Invepar	5.062 (b)	-	-	-	-	53.947 (b)	-
Outras partes relacionadas							
Consórcio Construtor Transrio	29.336 (c)	46.520 (c)	-	17.803 (c)	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017						-	108
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017						161.760	-
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>44.518</u>	<u>46.520</u>	<u>1.481</u>	<u>17.803</u>	<u>-</u>	<u>161.760</u>	<u>108</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>9.181</u>	<u>-</u>	<u>1.297</u>	<u>53.786</u>	<u>490.721</u>	<u>118.094</u>	<u>79.153</u>

Despesas com profissionais - chave da Administração

	2017	2016
Remuneração (d)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.999	3.754
Previdência privada	76	70
Seguro de vida	4	6
	<u>3.079</u>	<u>3.830</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração dos administradores (d)	<u>25</u>	<u>47</u>

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 3.600. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados (“PLR”) e os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contratos de mútuo, sendo 4 remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 15 de janeiro de 2034. A partir de 26 de maio de 2017, a Odebrecht Rodovias S.a. deixou de ser parte relacionada;
- Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo consórcio construtor através do contrato firmado em 26 de abril de 2012, para execução das obras civis de implantação da Ligação Transolímpica; e
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2016	2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	417	-	687	1.104
Máquinas e equipamentos	1.749	16	29.052	30.817
Veículos	3.372	-	147	3.519
Instalações e edificações	376	-	60	436
Sistemas operacionais	4	-	5.309	5.313
Imobilizações em andamento	35.790	4.037	(39.170)	657
	<u>41.708</u>	<u>4.053</u>	<u>(3.915)</u>	<u>41.846</u>

Foram acrescentados aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.326 em 2017 (R\$ 2.354 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 15,44% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 19,87% a.a. em 2016.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016	2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(76)	(83)	(159)
Máquinas e equipamentos	10	(373)	(2.879)	(3.252)
Veículos	25	(336)	(861)	(1.197)
Instalações e edificações	(b)	(376)	(60)	(436)
Sistemas operacionais	11	(4)	(454)	(458)
		<u>(1.165)</u>	<u>(4.337)</u>	<u>(5.502)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
(b) Bens totalmente depreciados.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2016	2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	880.683	23.607	1.018	905.308
Direitos de uso de sistemas informatizados	593	-	2.897	3.490
	<u>881.276</u>	<u>23.607</u>	<u>3.915</u>	<u>908.798</u>

Foram acrescentados aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 464 em 2017 (R\$ 76.532 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 15,44% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de financiamentos e debêntures) e 19,87% a.a. em 2016.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016	2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(6.281)	(20.361)	(26.642)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(100)	(1.485)	(1.585)
		<u>(6.381)</u>	<u>(21.846)</u>	<u>(28.227)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2017	Vencimento final	2017	2016
1. Caixa Econômica Federal	CDI + 4,5% a.a.	6,6164% (a)	2.521	470	Fevereiro de 2018	181.016	155.768 (c)
2. Banco BTG Pactual S.A	CDI + 0,95% a.a.	4,8062% (a)	920	235	Março de 2018	26.723	- (b)
				<u>705</u>		<u>207.739</u>	<u>155.768</u>
Circulante							
Financiamentos						208.444	157.717
Custos de transação						<u>(705)</u>	<u>(1.949)</u>
						<u>207.739</u>	<u>155.768</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, com aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.
 (c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 29 de abril de 2016, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB), foi recebido o recurso de R\$ 140.420, com vencimento de principal e juros em 30 de agosto de 2016 e remuneração de CDI + 4,50% a.a. Há faculdade de resgate antecipado, a qualquer momento. A emissão conta com aval corporativo proporcional, não solidário, com ou sem prêmio, dos acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

Ao longo de 2017, foram feitos aditamentos, postergando a data de vencimento, que atualmente é 25 de fevereiro de 2018.

2. Em 22 de março de 2017, foi firmado contrato de capital de giro com o BTG Pactual, no montante de R\$ 25.000, com vencimento em 20 de março de 2018 e remunerado ao CDI + 0,95% a.a. O pagamento de juros e principal ocorrerá no final da operação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2017	Vencimento final	2017	2016
1. 4ª Emissão - Série Única	CDI + 4,50% a.a.	7,9144% (a)	6.379	-	Abril de 2017	-	409.992 (b)
2. 6ª Emissão - Série Única	CDI + 4,50% a.a.	6,1462% (a)	8.518	1.207	Fevereiro de 2018	471.182	- (b)
				1.207		471.182	409.992
Circulante							
Debêntures						472.389	411.694
Custos de transação						(1.207)	(1.702)
						471.182	409.992

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa proporcional das acionistas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 30 de outubro de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 400.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento de juros e principal em 30 de abril de 2016 e remuneração de CDI + 3,50% a.a. A emissão conta com possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio, além de fiança corporativa proporcional, não solidária, das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

Ao longo de 2016, houve aditamentos da escritura da 4ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento.

Em 27 de abril de 2017, ocorreu a liquidação total da 4ª emissão de debêntures.

- Em 27 de abril de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 433.000, em série única, com fiança corporativa proporcional à participação dos acionistas, vencimento em 27 de novembro de 2017, com remuneração de CDI + 4,50% a.a. e pagamento de juros e principal no vencimento.

Em 24 de novembro de 2017, ocorreu o 1º aditamento da escritura da 6ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Não circulante				
Cíveis	-	6	(1)	5
Trabalhistas e previdenciários	60	32	-	92
	<u>60</u>	<u>38</u>	<u>(1)</u>	<u>97</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis	349	60
Trabalhistas e previdenciários	658	230
	<u>1.007</u>	<u>290</u>

15. Provisão de manutenção

	2016		2017	
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	87	757	38	882

As taxas anuais de 2016 e 2017 para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191.

As ações estão assim distribuídas:

Acionistas	Participação acionária	2017		2016	
		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
Odebrecht Rodovias S.A.	0,00%	-	-	120.533.687	94.388
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	120.533.687	94.388
Total		<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>	<u>361.637.226</u>	<u>283.191</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de maio de 2017, foi concretizada a venda da totalidade das ações da acionista Odebrecht Rodovias S.A. (“OR”), para a acionista CCR S.A..

b) Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Prejuízo líquido	(52.167)	(52.677)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>361.637</u>	<u>341.792</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,1443)	(0,1541)

17. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de pedágio	103.730	25.800
Receitas de construção (ICPC 01 / R1)	23.954	676.651
Receitas acessórias	<u>49</u>	<u>-</u>
Receita bruta	<u>127.733</u>	<u>702.451</u>
Impostos sobre receitas	(9.000)	(2.240)
Devoluções e abatimentos	<u>(187)</u>	<u>(94)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(9.187)</u>	<u>(2.334)</u>
Receita líquida	<u><u>118.546</u></u>	<u><u>700.117</u></u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(105.162)	(114.353)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(44.518)	(9.181)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(38)	(2)
Capitalização de custo dos empréstimos	1.790	78.886
Outras despesas financeiras	(635)	(21.194)
	<u>(148.563)</u>	<u>(65.844)</u>
Receitas financeiras		
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas	46.520	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	358	1.915
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	3	-
Juros e outras receitas financeiras	354	3.407
	<u>47.235</u>	<u>5.322</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(101.328)</u>	<u>(60.522)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	7.841	-	-	10.522	-	-
Contas a receber	-	4.637	-	-	3.086	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(471.182)	-	-	(409.992)
Financiamentos (a)	-	-	(207.739)	-	-	(155.768)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.526)	-	-	(7.689)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(161.760)	-	-	(118.094)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(108)	-	-	(79.153)
Total	<u>7.841</u>	<u>4.637</u>	<u>(843.315)</u>	<u>10.522</u>	<u>3.086</u>	<u>(770.696)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (a) (b)	208.444	208.496	157.717	159.801
Debêntures (a) (b)	472.389	475.273	411.694	417.323

- a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão abaixo qualificados:

	2017	2016
Aplicações financeiras	7.841	10.522

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas até o vencimento final da operação.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do CDI	Fevereiro de 2018	472.389	(7.948)	(9.107)	(10.251)
CCB	Aumento do CDI	Fevereiro de 2018	181.486	(1.833)	(2.275)	(2.712)
CCB	Aumento do CDI	Março de 2018	26.958	(443)	(537.153)	(630.016)
Itaú Soberano	Diminuição do CDI ⁽³⁾		7.841	533	666	799
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(9.691)</u>	<u>(547.869)</u>	<u>(642.180)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,89%	8,61%	10,34%
--------------------	-------	-------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; e

(3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e

(4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Ligação Transolímpica. Estes investimentos foram integralmente realizados no exercício de 2016, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

21. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	(53.786)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>(53.786)</u>
Aquisição de ativo intangível	-	53.786
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>53.786</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de investimento

	Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Total
Saldo Inicial	(155.768)	(409.992)	(118.094)	(683.854)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(20.857)	(420.508)	(42.814)	(484.179)
Pagamentos de principal e juros	-	433.366	11.943	445.309
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(20.857)	12.858	(30.871)	(38.870)
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(31.114)	(74.048)	(15.182)	(120.344)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	2.387	2.387
Total das outras variações	(31.114)	(74.048)	(12.795)	(117.957)
Saldo Final	(207.739)	(471.182)	(161.760)	(840.681)

22. Eventos subsequentes

- Em 02 de fevereiro de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 620.000, os quais serão remunerados pela variação do CDI + 2,90% a.a.. O recurso foi liberado no dia 20 de fevereiro de 2018 e seu vencimento será em 05 de fevereiro de 2028.
- Em 05 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Secretaria de Transporte da Cidade do Rio de Janeiro, a cobrança de pedágio pela Concessionária nas alças da Rio Grande. O valor da tarifa é de R\$ 7,25 com início de cobrança em 15 de fevereiro de 2018.
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi firmado o 8º Contrato de Mútuo entre os acionistas no montante de R\$ 84.590, com vencimento em 08 de maio de 2028. Na mesma data foi liberado o valor líquido de R\$ 83.000.
- Em 20 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 433.000, mais juros.
- Em 20 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancária, no valor de R\$ 140.420, mais juros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Em 09 de fevereiro de 2018, foi realizado o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancário nº CCB 134/16, no valor de R\$ 25.000.

Composição da Diretoria

Ronaldo Vancellote	Diretor Presidente
Márcio Roberto de Moraes Silva	Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ